



CALENDÁRIO DE OBRIGAÇÕES – FEVEREIRO/2018

Prazo	Obrigação	Disposição Legal
Até dia 20	Todos os órgãos jurisdicionados deverão enviar ao TCESP, o documento de Folha Ordinária - Pagamento – Fase III do sistema AudeSP, relativo a janeiro/2018.	COMUNICADO GP nº 31/2017, do TCE-SP.
Até dia 20	Todos os órgãos jurisdicionados, deverão enviar ao TCESP, o documento de Folha Suplementar - Pagamento – Fase III do sistema AudeSP, relativo a janeiro/2018, se couber.	COMUNICADO GP nº 31/2017, do TCE-SP.
Até dia 20	As Prefeituras devem fazer a transferência dos valores equivalentes a 25% das receitas vinculadas à educação referentes ao arrecadado no período de 01 a 10 deste mês.	§ 5º, do artigo 69, da Lei nº 9.394/1996.
Até dia 20	As Prefeituras devem afixar e enviar à Câmara Municipal os balancetes da Receita e da Despesa do mês anterior.	Art. 49, da Lei Complementar nº 101/2000 e L.O.M..
Até dia 20	As Prefeituras devem repassar ao Legislativo os recursos financeiros. (duodécimo)	Inc. II, do § 2º, do artigo 29-A, e artigo 168, ambos da Constituição Federal.
Até dia 20	A Câmara Municipal, as Autarquias e as Fundações instituídas e mantidas pelo Município, devem repassar à Prefeitura o produto da arrecadação do Imposto de Renda Retido sobre trabalho assalariado (folha de pagamento) e sem vínculo empregatício (contribuintes individuais), bem como sobre os pagamentos à outras pessoas jurídicas referentes serviços de: limpeza, conservação, manutenção, serviços profissionais, propaganda, assessoria creditícia, dentre outros, retido no mês anterior.	Inc. I, do artigo 158, da Constituição Federal c/c alínea "e", do inciso I, do artigo 70, da Lei nº 11.196/2005. Lei de Diretrizes Orçamentárias.
Até dia 20	Os órgãos públicos devem efetuar o recolhimento das contribuições previdenciárias decorrentes de Reclamatória Trabalhista sob os códigos 1708, 2801, 2810, 2909 e 2917, caso a sentença condenatória ou o acordo homologado seja silente quanto ao prazo em que devam ser pagos os créditos neles previstos. OBS.: O recolhimento das contribuições sociais devidas deverá ser efetuado até o dia 20 do mês seguinte ao da liquidação da sentença ou da homologação do acordo ou de cada parcela prevista no acordo, ou no dia útil imediatamente anterior, caso não haja expediente bancário no dia 20.	§ 3º, do artigo 11, do Ato Declaratório Executivo Codac nº 46/2011.
Até dia 20	Os órgãos públicos que possuem servidores segurados do Regime Geral de Previdência Social, devem recolher à Previdência Social (INSS) a contribuição patronal e o desconto de contribuição dos segurados empregados e agentes políticos. Igualmente recolher as contribuições (20%), incidentes sobre os valores pagos aos prestadores de serviços sem vínculo empregatício – Contribuintes Individuais (trabalhadores autônomos), e demais pessoas físicas, assim como, o valor retido de (11%), mediante desconto na remuneração a eles paga, relativo ao mês da liquidação do empenho. OBS.: O não cumprimento importará na pena imposta pelo Art. 168-A do Decreto Lei nº 2.848 – Código Penal – Pena – Reclusão de 2 a 5 anos e multa.	Art. 30, inciso I, letra "b" c/c § 2º; artigo 32, inciso IV, ambos da Lei nº 8.212/1991; artigo 4º, da Lei nº 10.666/2003; artigo 225, inciso IV e §§, do Decreto nº 3.048/1999; e Portaria Interministerial MT/MPAS nº 326/2000 c/c Portaria Interministerial nº MPS/TEM nº 227/2005, e inciso III, do artigo 80, da Instrução Normativa RFB nº 971/2009.
Até dia 20	Os órgãos públicos devem recolher ao INSS as retenções relativas à cessão de mão-de-obra ou empreitada de mão-de-obra (11%), das notas fiscais emitidas no mês anterior. OBS.: As Prefeituras, Câmaras, Autarquias Municipais, Fundações Municipais, Entidades de Previdência Municipal, Sociedades de Economia Mista e Empresas Públicas Municipais, Consórcios Intermunicipais e Consórcios Públicos (Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005), devem observar a redução do percentual para 3,5%, quando contratarem determinados serviços mediante cessão de mão-de-obra ou empreitada de mão-de-obra.	"caput", do artigo 31, da Lei nº 8.212/1991, e inciso III, do artigo 80, da Instrução Normativa RFB nº 971/2009. § 6º, do artigo 7º, da Lei nº 12.546/2011.
Até dia 20	Os órgãos e entidades executivos de trânsito dos municípios arrecadadores de multas de trânsito de sua competência ou de terceiros e recolhedores de valores à conta do Funset, devem prestar informações ao Denatran por meio do envio eletrônico do arquivo "M", das multas de trânsito por eles arrecadadas no mês anterior, com as informações previstas no modelo estabelecido no Anexo II, da Portaria nº 95/2015, mediante a utilização de Sistema Informatizado disponibilizado pelo DENATRAN. OBS: Salvo se o banco já efetuou a retenção.	Art. 11 da Portaria DENATRAN nº 95/2015.

Atenciosamente,

GEPAM, 19 de fevereiro de 2018